

Uma reação em cadeia

Quanto ao petróleo, o que o Governo espera, ao adotar uma medida socialmente tão antipática como a do aumento de 45 por cento nos preços dos derivados? Espera que haja uma forte redução no consumo de petróleo, que é ainda importado em sua maior parte. O Brasil não tem dólares de reserva e paga uma conta anual de US\$ 9 bilhões só em óleo. Esses gastos só podem ser quitados com empréstimos em dólares e agora todo mundo sabe que dívida em moeda estrangeira custa juros muito altos, que um país em desenvolvimento não tem condições de suportar.

Mas, no sistema atual de indexação da economia brasileira, o aumento dos derivados de petróleo, ou de qualquer outro produto importado, acaba tendo apenas efeito sobre a inflação. Os novos preços são computados nos índices da Fundação Getúlio Vargas e no INPC, calculado pe-

lo IBGE. A variação dos índices é imediatamente acompanhada pelas correções monetárias e cambial. O INPC reajusta os salários e as correções reajustam os ganhos de capital. Em pouco tempo, o poder de compra da sociedade volta a ser o mesmo em relação aos novos preços dos derivados de petróleo. O consumo de derivados volta aos níveis anteriores ao do aumento.

O mais interessante de tudo isto é que o aumento dos derivados de petróleo acaba se refletindo no reajuste dos aluguéis. Isto ocorre porque os aluguéis estão indexados ao INPC. Como o aumento da gasolina eleva o INPC, o aluguel sobe também.

Ou seja, uma medida que visaria apenas a controlar o consumo de petróleo faz disparar a inflação em todos os níveis. Por causa da indexação da economia.

Quando se fala em desindexar, o que se deseja exatamente é acabar com esta rigidez que im-

pede que a economia se reequilibre. O Brasil não tem dólares para importar; então, o produto importado tem que ser bem mais caro. A indexação é um obstáculo a que isto aconteça.

Uma das propostas existentes no momento é a de não se considerar no INPC os aumentos decorrentes do corte dos subsídios ao petróleo e à agricultura. — é o expusso do INPC. Qual o resultado prático disso: os salários subirão menos, mas em compensação haverá também reajustes menores para os aluguéis, para as dívidas com correção monetária (se o expurgo for feito, também na correção), e nos preços controlados pelo CIP (exemplo: remédios, que sofrem periodicamente aumentos correspondentes a 90 por cento da variação do INPC):

Em resumo, a indexação é uma reação em cadeia: o aumento do tomate na periferia de São Paulo vai ter reflexo sobre o reajuste do aluguel no subúrbio de Manaus.